

Aparelhamento, corporativismo sindical e lutas de classes em Vitória da Conquista

Alexandre de Jesus Santos¹

José Rubens Mascarenhas de Almeida²

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em analisar as lutas sindicais ocorridas no ano de 2010 em Vitória da Conquista, palco de diversas manifestações de trabalhadores de distintos segmentos sociais. Tais lutas são compreendidas como resultado da intensificação da contradição capital/trabalho e da crise estrutural do capital, que busca fragmentar a classe trabalhadora, que, pela natureza corporativista e limitada de suas reivindicações, se vê incapaz de fazer frente às investidas do capital. Nesse sentido, buscamos analisar, nos parâmetros do marxismo, os entraves objetivos revelados na organização, na mobilização, na atuação prática e no alcance das manifestações, procurando refletir acerca do papel desempenhado pelos sindicatos no processo de legitimação ideológica da institucionalidade burguesa.

Palavras-chave: Corporativismo Sindical; Legitimação Ideológica; Lutas de Classes.

Appropriation, trade union corporatism and class struggles in Vitória da Conquista

Abstract: The purpose of this article is to analyze the trade union struggles occurred in 2010, in Vitoria da Conquista, performing various manifestations of different social segments workers. These struggles, included as a result of intensified contradiction capital/labor and of capital's structural crisis, to try to break the working class, which, by nature corporatist and limited their claims, finds himself unable to cope with the capital invested. In this sense, we analyze, in Marxism parameters, the goals barriers revealed in organization, mobilization, in practical performance and range of manifestations, reflecting on the role of unions in the ideological legitimation process of bourgeois institutions.

Keywords: Union corporatism; Ideological legitimation; Class struggles.

¹Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; graduado em História pela mesma instituição; especialista em Sociologia e Ensino de Sociologia pelo Centro Universitário Claretiano; pesquisador do GEILC – Grupo de Estudos de Ideologia e Luta de Classes/Museu Pedagógico/UESB e do Coletivo LABUTA. Bolsista de pós-graduação CAPES/CNPq. E-mail: alexandre_magno2@hotmail.com

²Doutor em Ciências Sociais pela PUCSP; docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; pesquisador do Museu Pedagógico/UESB e do Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais – NEILS/PUCSP. Bolsista CAPES. E-mail: joserubensmascarenhas@yahoo.com.br

Introdução

Vitória da Conquista, cidade situada no Centro-Sul da Bahia, a aproximadamente quinhentos quilômetros de Salvador, é a terceira maior cidade do Estado em termos populacionais, com aproximadamente 340 mil habitantes (IBGE, 2013), possuindo seu quinto maior Produto Interno Bruto – PIB³. O aumento populacional foi evidenciado nos últimos sessenta anos, resultante principalmente do processo de imigração motivado pelo crescimento do complexo urbano-comercial ocorrido a partir dos anos de 1940.

Atualmente, na fase monopolista de acumulação de capital, a cidade encontra-se sob o domínio de diversas empresas multi e transnacionais (Americanas, Gbarbosa, Hiper Bompreço, Maxxi Atacado, Atacadão, Gerda, Coca-Cola, Itaú, Bradesco, HSBC etc.) que atuam em diversas esferas da acumulação, comprometendo não somente a forma de organização do trabalho no âmbito da empresa, mas também na condição de reprodução social dos trabalhadores. Nessa perspectiva, Vitória da Conquista, por ser uma cidade-entrepasto, entrecortada pela BR – 116, BA – 262 e 263, se insere no circuito mundial de produção capitalista, desempenhando destacado papel na circulação/transporte de mercadorias, mas também na realização da mais-valia, através do incentivo aos processos de consumo.

Os conflitos sociais subjacentes ao capitalismo levaram, dentro de um contexto social mais amplo que compreende o mundo totalmente articulado, os trabalhadores e a classe patronal a organizarem-se em entidades de classe que resguardassem seus respectivos interesses. Neste sentido, nos limites da democracia burguesa, sindicatos e associações se constituem enquanto instituições legítimas responsáveis por mediar os conflitos entre capital e trabalho. Destarte, o objetivo deste artigo é discutir os conflitos que se desenrolaram em Vitória da Conquista no ano de 2010 entre as classes sociais (produtivas e improdutivas) e suas respectivas instituições representativas, buscando apreender neste processo, as limitações objetivas das lutas cultivadas no interior do “espaço democrático burguês”. Para tanto, realiza uma breve digressão acerca das lutas sociais no atual contexto de reprodução capitalista, buscando perceber a ofensiva do capital e, por conseguinte, o recrudescimento dos movimentos sociais.

³ Economia. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC), 2014. Disponível em: <<http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/economia/>>. Acesso em 06 de Fevereiro de 2014.

A opção pelo reformismo: da centralidade do trabalho à centralidade da política

Os inúmeros reveses sofridos pelo campo do trabalho desde meados do século XVIII, sobretudo no século XX, com a influência da social democracia reformista no interior do movimento operário internacional e a falta de perspectiva de emancipação humana motivada, especialmente, pelos rumos tomados pela Revolução Russa de 1917, levaram a classe trabalhadora a se deslocar da centralidade do trabalho para a centralidade da política (TONET e NASCIMENTO, 2009). Nesse sentido, a luta por espaços institucionais no interior da democracia burguesa projetava as entidades representativas como única possibilidade histórica de mediação das contradições sociais. As consequências resultantes da mudança de orientação das classes trabalhadoras foram lesivas a elas. A descrença na capacidade da revolução social de emancipar o trabalho da subsunção total ao capital fez com que as classes trabalhadoras secundarizassem o objetivo revolucionário em detrimento da evolução ‘natural’ do capitalismo.

As decorrências disto, vivenciadas nos idos de 1970, num contexto de imersão do capital em uma crise estrutural sem precedentes que atinge todos os complexos sociais (MÉSZÁROS, 2010), resultou no processo de reestruturação do capital e do trabalho, cujo objetivo principal foi minimizar a queda da taxa de lucro. Segundo a formulação de Antunes (2009), a década de 1970 representou uma crise no padrão de acumulação taylorista/fordista que implicou profundas transformações no processo de produção, desembocando em formas flexíveis de acumulação, no *just-in-time*, com a emergência do padrão toyotista de acumulação. Para o autor:

Opondo-se ao contrapoder que emergia das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade (Idem, p. 50).

Para o trabalho, a reestruturação produtiva implicou avanços contrarrevolucionários quanto aos direitos dos trabalhadores, cada vez mais fragmentados e liquefeitos. Vale lembrar que esse período foi marcado por mudanças profundas no cenário internacional, sendo o fim da Guerra-Fria, a queda do Muro de Berlin e o processo de “redemocratização” de alguns países após o colapso da União Soviética aspectos constituintes dessa complexidade e que estão plenamente articuladas com as necessidades socio-reprodutivas do capital, conforme afirma Mézáros (2011). Tais acontecimentos, que se refletiram nos países periféricos de maneiras diversas, tiveram grande influência na crise que se instalou na última década do século XX, desembocando no famigerado Consenso de Washington (e seu receituário

neoliberal). Tal receituário tinha, como linha de atuação principal, no âmbito do Estado, “o desmantelamento do setor público (educação, saúde, segurança e previdência), privatizando os ativos estatais (sistema de bancos e empresas) e, ao mesmo tempo, enfraquecendo as resistências de ordem econômica” (ALMEIDA, 2010, p. 59).

Segundo Antunes (2011a), as transformações ocorridas no Brasil, sobretudo a partir de 1990, resultantes da aplicação das medidas do Consenso de Washington, afetou profundamente o que o autor chama de “mundo do trabalho”. Entre os elementos apresentados, as transformações mais significativas apontam para a reestruturação produtiva e a nova divisão internacional do trabalho e do capital, além do processo de reterritorialização e desterritorialização (para o qual chamamos atenção no caso de Vitória da Conquista e seu atual estágio da acumulação capitalista) das atividades produtivas.

No Brasil, se as lutas emergidas durante a década de 1980 representam, como o nascimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), um processo de intensificação da combatividade do trabalho em prol dos seus diretos, a década de 1990, ao contrário, é marcada pela reestruturação da política sindical e do foco das lutas. Segundo Antunes:

O movimento sindical brasileiro, que surgiu fora dos marcos da social-democracia sindical, torna-se, pouco a pouco, uma espécie de cópia tardia daquela tendência sindical. Começava, então, a desmoronar o “novo sindicalismo”, que agora parecia envelhecer precocemente. A política de “convênios”, “apoios financeiros” e “parcerias” com a social democracia sindical, especialmente europeia, levada a cabo por mais de uma década de forma intensa, acabou por contaminar, nesse quadro de mudanças profundas, o sindicalismo de classe no Brasil (2011a, p. 142).

Aprofundando acerca do papel desempenhado pelos sindicatos no capitalismo, lembramos Luxemburgo (2010a), que, ainda no primeiro quartel do século XX, havia percebido o caráter reformista que desempenhavam. Segundo a autora, apesar de os sindicatos possuírem um papel importante na organização da mercadoria força de trabalho, bem como na melhoria da condição de vida da classe trabalhadora pela mediação das lutas que determinam a classe apropriadora do excedente da produção, ela reconhece que a proletarização das classes medias e o aumento da produtividade do trabalho tornam os sindicatos incapazes de fazer frente às investidas do capital. Assim, somente podemos compreender as lutas que emergiram em Vitória da Conquista no período se inseridas num quadro mais amplo de reestruturação produtiva, de avanço das políticas neoliberais, de ampliação das práticas do “sindicalismo de resultados” etc., entendendo que não se encontram imunes a esse quadro mais geral.

O cenário nacional e as greves municipais

Segundo o relatório do DIEESE (2012), no ano de 2010 ocorreram 446 greves em todo o Brasil. Desse total, 60,3% estiveram vinculadas à esfera dos poderes públicos, distribuídas entre os servidores federais, estaduais e municipais, bem como entre as empresas públicas, totalizando mais 38 mil horas paradas. Vejamos estes dados numa tabela:

Tabela 01 - Total de greves nas esferas pública e privada, por setor de atividades no Brasil, em 2010 e 2011.

Esfera/setor	Greves 2010	
	Nº	%
Esfera Pública	269	60,3
Funcionalismo Público	234	52,5
Federal	23	5,2
Estadual	87	19,5
Municipal	122	27,4

Fonte: DIEESE (2012). SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves⁴

A tabela supra evidencia que, do total das 269 greves ocorridas na esfera pública no ano de 2010, 122 delas ocorreram no âmbito municipal. É nesse âmbito que se inserem as greves ocorridas em Vitória da Conquista no mesmo ano, primeiramente dos servidores públicos (técnico-administrativo e do magistério) e, posteriormente, dos trabalhadores privados (rodoviários do transporte coletivo público), que tiveram repercussão expressiva.

No contexto local de 2010, quase que simultaneamente entraram em greve os professores da Rede Municipal de Ensino, representados pelo Sindicato do Magistério Municipal Público – SIMMP – e os servidores públicos municipais, representados pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais – SINSERV. A primeira entidade contava com, aproximadamente, 2000 profissionais, e a segunda com, também aproximadamente, 7000⁵.

A peculiaridade das greves no funcionalismo público, especificamente nos casos supracitados, é de que, apesar de constituírem uma parcela daquela que Antunes chama de *classe-que-vive-do-trabalho* dentro de uma morfologia multifacetada que “compreende a

⁴ Os dados completos podem ser consultados em DIEESE (2012).

⁵ Em função das constantes contratações, esses números podem sofrer variações. As informações levantadas não estão disponíveis publicamente, mas fazem parte do acervo dos autores deste artigo, tratando-se de comunicação via e-mail enviado pelas citadas entidades sindicais. Os dados encontram-se disponíveis para eventuais consultas.

totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e são despossuídos dos meios de produção” (2005, pp. 48 – 49), não podemos ignorar o fato de que esses trabalhadores constituem uma parcela improdutiva da classe, sobrevivendo de parte da mais-valia extraída dos trabalhadores produtivos – o operariado, conforme afirma Marx:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem que produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve de auto-valorização do capital (2013, p. 578).

No caso específico dos trabalhadores da educação pública, cabe ressaltar, ainda, conforme afirma Lessa e Tonet, que

[...] o produto do trabalho do professor (a aula) é consumido na mesma medida em que é produzido. Ao final do processo (no caso, ao final da aula) não resta nenhuma riqueza. A riqueza geral da sociedade, o “capital social total” não foi acrescido em um átomo sequer. Nenhuma nova riqueza, nenhum átomo novo do “conteúdo material da riqueza social” foi gerado (2012, p. 37).

Nesse sentido, é preciso estabelecer uma distinção na função social dos trabalhadores, uma vez que se reflete na própria capacidade de resistência dos movimentos sociais impactarem a produção do capital e a realização da mais-valia e, por conseguinte, causar maiores danos ao capital no processo de correlação de forças. Assim, contrariamente, as greves do funcionalismo público, exatamente por não produzir nem valorizar o valor, não causam prejuízos materiais significativos. Se, por um lado, podemos falar de estragos sociais graves no que concerne à educação infantil, com reflexos negativos nas funções mais básicas do sistema educacional burguês (que consiste em criar mão-de-obra minimamente qualificada para atender às necessidades socio-reprodutivas do capital no mercado de trabalho) e nos serviços públicos mais essenciais (com repercussão na limpeza pública, segurança patrimonial, fiscalização, motoristas, saúde pública etc.), por outro lado, todos esses ônus são compreendidos como efeitos colaterais necessários às aplicações do receituário neoliberal.

Assim, enquanto a pauta de reivindicações do SIMMP enviada à Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista girava em torno da estruturação da tabela salarial além do reajuste de 17,2%, o SINSERV, além do reajuste universal de 15%, solicitava ainda a reformulação imediata do plano de carreira que se encontrava paralisado desde 1998. Em carta pública do mês de abril de 2010, o SIMMP argumentava que:

Ao invés de primar pela gestão democrática, como havia prometido, a Secretaria de Educação, no início do ano letivo, toma atitudes que prejudicam a categoria, dentre as quais: não cumprimento da ampliação da carga-horária e migração dos docentes; indicação aleatória de diretores e coordenadores; contratação de novos professores, deixando os efetivos excedentes; eliminação de disciplinas; falta de coordenadores na maioria das escolas; desrespeito aos educadores de laudo médico e corte de direitos adquiridos, como a redução do tempo de licença monográfica (SIMMP, Carta Aberta, Maio de 2010).

Reclamações similares relacionadas às ingerências do poder público municipal, de desrespeito às leis instituídas e aos trabalhadores, como perseguições e ameaças corriqueiras aos grevistas, mesmo respaldados pela legislação burguesa do direito à greve e pelo Regimento Interno dos Servidores Públicos Municipais, além da infiltração de policiais militares à paisana, foram amplamente difundidas por notas públicas por ambas entidades de classe. Para se ter uma ideia, reproduzimos parte da carta aberta do SINSERV:

A Campanha Salarial dos servidores iniciada em dezembro de 2009 visa equipar e remunerar bem estes profissionais que é o maior patrimônio de um município. Afinal, são eles que constroem o Município, o Estado e a União. O reajuste estudado junto aos órgãos competentes e solicitado ao poder público é de 15% para todos os níveis. No entanto, o Município ofereceu apenas 8.35% para os níveis 1 e 2 e 4.13% para os demais níveis. A Administração alega que se conceder este percentual solicitado pelos servidores, ultrapassará o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Entendemos e não queremos inviabilizar o município, entretanto, não entendemos o porquê de tantos contratos realizados pela Administração. Hoje eles contratam um Assistente Administrativo para receber R\$ 1.000,00, quando um funcionário de carreira na mesma função, recebe R\$ 613,17. (SINSERV, Carta Aberta, 27 de Maio de 2010).

No trecho reproduzido, evidencia-se o profundo compromisso do sindicato com o legalismo burguês a ponto de afirmar, peremptoriamente, seu entendimento quanto à aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal. É sabido que esta famigerada lei foi instituída com objetivo primaz de enxugar os gastos públicos com os serviços sociais. Trata-se, em verdade, de um dispositivo aprovado sob a égide do neoliberalismo e defendido com “unhas e dentes” pelas personificações do capital tanto dentro do Estado como dentro dos sindicatos. Segundo afirma Netto (2010), a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal foi uma exigência do Banco Mundial e FMI para colocar o Brasil nos trilhos segundo os interesses do capital internacional, aprovada, diga-se de passagem, durante a gestão do Partido dos Trabalhadores.

Outro elemento importante trata-se da referência ao inchaço da folha de pagamento com um grande número de contratações realizadas pela prefeitura municipal, denunciada pelo sindicato. É notório, no entanto, que essa estratégia de utilizar-se de contratos para inserir os elementos do partido e os correligionários políticos tem sido uma prática corriqueira dos partidos que se beneficiam da democracia burguesa.

A deliberada incapacidade intencional dos gestores públicos em resolver minimamente as demandas de parte da classe trabalhadora fica patente na Carta Aberta do SIMMP, publicizada em Junho de 2010, afirmando que o motivo da deflagração da greve decorre da “[...] falta de políticas públicas que valorize verdadeiramente a educação. Todos os anos, os

docentes vão às ruas expor as mesmas reivindicações e os gestores praticamente não conseguem resolver os problemas” (SIMMP, Junho de 2010).



Foto 01: Servidores municipais em ato público em frente à prefeitura municipal. Fonte: Blog da Resenha Geral (2010).



Foto 02: Servidores municipais em passeata pela rua Coronel Gugé. Fonte: Blog da Resenha Geral (2010).

r a análise das várias Cartas Abertas publicizadas pelas duas entidades de classe é andar em círculo, uma que vez elas trazem basicamente as mesmas demandas, reclamações, denúncias e solicitações. Entrementes, a iconografia (fotos 01 e 02) nos ajuda a ter uma dimensão do contingente dos reivindicadores.

A greve dos professores durou 31 dias e resultou no repasse da inflação de 4,5% (sob a alegação da Prefeitura de que já pagava o Piso Salarial Nacional para o magistério) e a aprovação, na Câmara Municipal de Vereadores de Vitória da Conquista– à revelia dos professores – de uma Tabela Salarial e do Plano de Carreira à *posteriori*. No caso dos servidores técnico-administrativos, cuja greve perdurou por 15 dias, os resultados não foram muito diferentes. Além do repasse inflacionário de 4,5% e de um acréscimo salarial de 8,35% para os níveis 1 e 2, conforme a contraproposta apresentada pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, resultou também na criação de uma comissão para reelaborar o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais.

Evidentemente, a classe patronal aqui representada pelo Estado em sua esfera municipal não abre mão da defasados interesses que asseguram e perpetuam a reprodução deliberada do capital. Assim, o Estado é, tal qual a classe patronal propriamente dita,

compreendido como órgão representante dos interesses das classes dominantes⁶, criando barreiras e instituindo legislações que visam solapar as lutas dos trabalhadores, comprometendo, inclusive, sua reprodução social.

Outra categoria que entrou em greve no mesmo período foi a dos profissionais do transporte coletivo urbano. Trata-se de uma categoria de trabalhadores produtivos que se não produzem, diretamente, o capital, contribuem para sua valorização, “converte[ndo], com o seu trabalho, a riqueza já existente na sociedade sob a forma dinheiro para a forma capital” (LESSA e TONET, 2012, p. 38). A greve dos rodoviários desempenha um duplo papel: por um lado, atinge diretamente o processo produtivo, na medida em que cria grandes dificuldades para a mobilidade das classes trabalhadoras para seus locais de trabalho; por outro, impacta o comércio local, uma vez que os consumidores, que também são trabalhadores, são impedidos de circular, o que cria restrições ao processo de realização do capital.

Para se ter uma ideia desse processo, os dados do DIEESE (2012) dão conta de que, da totalidade das 176 greves ocorridas no setor privado brasileiro no ano de 2010, 77 delas estiveram vinculadas ao assim chamado “setor de serviços”, representando 17,3% greves daquele ano, o que totalizou mais de 2 mil horas paradas. Uma vez que mais de 70% do PIB de Vitória da Conquista é atribuído aos setores de serviços e ao comércio (PMVC, 2014) – esferas responsáveis por mais de 40% das greves do setor privado no Brasil, em 2010 (DIEESE, 2012) –, uma greve no transporte coletivo municipal altera, de forma contundente, a rotina dos trabalhadores, mas também a acumulação de capital.

Com tamanha importância, a greve dos rodoviários de Vitória da Conquista foi amplamente retratada nos meios de comunicação social, muito embora, na maioria das vezes, de forma manipulada, jogando a opinião pública contra o movimento grevista, como foi o caso do *Blog Connect Brasil* que, reproduzindo o discurso da classe patronal, afirmava: “Tudo bem que os motorista e cobradores queiram o aumento, é um direito deles reivindicar. Mas nessa queda de braço, quem vai perder é a população, como sempre acontece, porque correrá o risco de a tarifa do coletivo, que já é abusiva na cidade, aumentar ainda mais” (2010, p. 1).

O mesmo discurso ideológico foi reproduzido com relação a todos os movimentos grevistas daquele ano, no caso dos rodoviários, com uma intensidade mais significativa, pois, de fato, as pessoas acreditam que o acréscimo no salário dos rodoviários implicará no

⁶ Para uma discussão mais aprofundada acerca do Estado, vide Santos e Almeida (2013).

aumento da passagem, prejudicando a população, uma vez que é ela quem sempre “paga a conta”. Não sem razão, já que, de fato, os aumentos salariais dessa categoria são seguidos de acréscimo no preço da passagem do transporte coletivo, uma vez que o Estado se isenta de fornecer subsídios em virtude do próprio pacto neoliberal. Por outro lado, existe o imperativo de que os trabalhadores desse setor são submetidos a brutais processos de exploração, infligidos a longas jornadas de trabalho (normalmente a turnos de oito horas consecutivas) e sob condições degradantes de trabalho, percebendo baixos salários, além da violência resultante das contradições sociais a que são sujeitos, como os constantes assaltos. Ao mesmo tempo, as greves no setor de transporte causam grandes transtornos para o capital, uma vez que compromete o fluxo de pessoas, não somente trabalhadoras, mas também consumidores que, de algum modo, ficam impedidos de contribuir para a realização da mais-valia.

No rol da pauta de reivindicações instituída pela categoria dos rodoviários, encontrava-se a equiparação salarial com os profissionais da mesma categoria da capital baiana, um reajuste que equivalia a 38%. Solicitava, também, melhorias nas condições de trabalho e segurança, além do reajuste no tíquete de alimentação. A greve, que foi deflagrada no dia 25 de Maio de 2010, em seu terceiro dia sofreu uma intervenção judiciária que resultou no enfraquecimento do movimento grevista. A liminar emitida pela Justiça do Trabalho forçou o sindicato a colocar nas ruas 40% da frota em horários normais e acrescer esse percentual em 20% nos horários de pico. Na ocasião da deflagração, no dia 25 de Maio de 2010, as empresas Serrana e Vitória, que operam o transporte público no município por meio de concessão pública, publicizaram um comunicado fazendo a seguinte afirmação:

Na pauta de reivindicações do Sindicato, a principal é a equiparação dos salários de motoristas e cobradores com Salvador, resultando em cerca de 38% de reajuste, o que é totalmente inviável do ponto de vista econômico, pois esse reajuste aumentaria muito os custos operacionais das empresas (os salários representam cerca de 50% no custo total do sistema, portanto da tarifa) e como consequência para a manutenção do equilíbrio econômico das empresas, a Prefeitura teria que reajustar em 20% a tarifa, prejudicando toda a população do município (Viações Serrana e Vitória, Comunicado, 2010, p. 1).

Como afirmamos anteriormente, esse discurso foi amplamente reproduzido pelos meios de comunicação sociais que jogavam, a todo o momento, a população contra o movimento grevista.

Os limites objetivos das lutas sindicais

Apresentando os resultados do movimento grevista dos trabalhadores produtivos, podemos afirmar que, apesar da repercussão desses movimentos e do poder de paralisia do

processo de acumulação como um todo, a dimensão, do ponto de vista social e político, não ultrapassou o momento imediato posterior ao término do mesmo. Atendida parcialmente a pauta de reivindicações com o reajuste de 5,26%, que subiu ao fim das negociações para 8% (após o final da greve) mais o reajuste no tíquete alimentação, o movimento se dissolveu completamente, não restando nenhum resquício da experiência acumulada durante o processo. Assim, além de não extrapolar as limitações objetivas dos interesses econômicos imediatos, sequer foi capaz de atingir todos os objetivos almejados, transcendendo do particular para o geral.

Apesar dos fatores favoráveis, como a possibilidade de paralisar temporariamente a produção, a circulação e o consumo (de alguns setores), a baixa consciência de classe dos rodoviários de Vitória da Conquista (e dos trabalhadores em geral) debilitou sua resistência política. Deste modo, os trabalhadores em questão foram obrigados a voltar ao trabalho por força de uma liminar do Judiciário que – como se espera da esfera jurídica burguesa – considerou a greve improcedente, atendendo, desta forma, aos interesses das classes patronais.

O que se observou em todo o processo das greves em epígrafe foi que, embora tenha atraído um número significativo de trabalhadores, em função da própria objetividade histórica (perdas salariais, gradativa diminuição do poder de compra, insegurança e péssimas condições de trabalho), acabou impelindo os sindicatos a assumirem uma postura mais agressiva diante da classe patronal. Por outro lado, a debilidade organizativa dos trabalhadores, a baixa resistência aos cortes salariais corriqueiros, as ameaças de demissão e perseguição política, bem como o não atendimento às suas reivindicações (as propostas de reajustes salariais oferecidas às categorias estavam muito aquém do reivindicado), impediam o movimento grevista de fazer frente às determinações do capital, ficando circunscrito à esfera categorial-corporativista.

Neste sentido, os trabalhadores não conseguiram, diante das limitações objetivas e do comprometimento ideológico das entidades sindicais com a ordem estabelecida, imprimir ao movimento qualquer ideia ou sentimento que transcendesse as demandas imediatas de natureza salarial. Nessas greves, não se esboçou nenhuma vinculação entre a crise estrutural capitalista e o processo de precarização e flexibilização das relações trabalhistas. As raras conquistas obtidas pelos supracitados movimentos restringiram-se ao âmbito pragmático da manutenção de uma condição mínima e precária de existência – e reprodução.

Infere-se desse processo que a problemática de cooptação dos sindicatos por partidos políticos compromete, ainda mais, a luta dos trabalhadores, uma vez que não ultrapassam os limites impostos pelos que os aparelham, deixando de cumprir o precípuo papel de minimizar

as perdas econômicas dos trabalhadores, levar a sociedade à discussão acerca da situação de exploração à qual os trabalhadores estão submetidos. Retomando as formulações de Luxemburgo (2010b), vale lembrar que, no início do século XX, ela já apontava para essa tendência à especialização dos dirigentes sindicais que levaria a uma verdadeira burocracia, fundando uma casta profissional em militância político-sindical, engessando todo o movimento dos trabalhadores.

Uma análise mais criteriosa desse processo revela-nos que, desde as formulações de Luxemburgo, a situação dos sindicatos e partidos políticos só se emaranhou mais às determinações estruturais do capital. De tal modo, as lutas de classe estão contidas pela natureza corporativista dos movimentos liderados por sindicatos, cujo desenvolvimento da consciência de classe é secundarizado ou, quando não, completamente abandonado, desencadeando uma luta permeada pelo corporativismo, pelo peleguismo⁷ e pelo legalismo burguês das lideranças atreladas a interesses extra-sindicais e ao Estado.

Portanto, se, por um lado, a conjuntura histórica se modificou significativamente desde as inferências de Luxemburgo, as determinações mais gerais do capital permanecem as mesmas – como é o caso da necessidade de extração da mais-valia; por outro, sua assertiva sobre a incapacidade dos sindicatos fazer frente ao capital se confirma novamente no limiar do século XXI.

O que o processo histórico tem ensinado revela que os sindicatos estão longe de representar a mediação entre a realidade imediata e a consciência de classe ou mesmo a intercessão entre luta econômica e revolução social. Ao contrário, objetivamente representam e apresentam entraves às classes trabalhadoras no processo de superação da sociabilidade burguesa. De forma geral, os sindicatos estão totalmente vinculados às determinações estruturais do modo de produção capitalista, desempenhando papel fundamental no processo de cooptação das classes trabalhadoras, restringindo a ação política a bandeiras corporativistas, deixando de lado a perspectiva da luta de classe, mostrando claramente de que lado estão na disputa de forças entre capital e trabalho. Parte significativa dos sindicatos e associações está aparelhada por partidos políticos nos quais seus quadros assumem a direção sindical, engessando e desmobilizando, por interesse próprio e partidário, as classes trabalhadoras de outras perspectivas de luta.

⁷ Historicamente, no contexto do Estado Novo, referiu-se aos agentes que mediavam a relação entre o Estado e os sindicatos. Hoje, possui um sentido muito mais abrangente, mas conserva sua estrutura fundamental, referindo-se aos sindicatos ligados direta ou indiretamente ao patronato.

Evidentemente, esse processo de desmobilização das classes trabalhadoras não pode ser atribuído única e exclusivamente à cooptação sindical. Se junta a ele instrumentos estratégicos aplicados pelas classes dominantes, como é o caso do multiculturalismo, estimulam a fragmentação das classes em grupos segmentários⁸ e muitas vezes sectários. A própria ofensiva contrarrevolucionária do capital, presente desde finais da década de 1970, desempenha um papel preponderante na desmobilização das classes trabalhadoras, contribuindo para o refluxo dos movimentos sociais como um todo.

Atualmente, os sindicatos são, necessariamente, contrarrevolucionários, reafirmando a ideologia burguesa e restringindo a luta à institucionalidade. Nesse sentido, as novas formas de trabalho precarizado, originárias do processo de reestruturação produtiva e da acumulação flexível, juntamente com os problemas encontrados na organização dos trabalhadores, sequer compõem a pauta de reivindicações sindicais. Assim, o objetivo dos sindicatos é restringir ao máximo as lutas dos trabalhadores, contribuindo, portanto, para a manutenção da ordem e da institucionalidade burguesas. Como afirma Mészáros,

[...] tratar os sindicatos por oposição aos partidos políticos, como pertencentes apenas à “sociedade civil” e, por isso, passíveis de serem usados contra o Estado político para uma profunda transformação socialista não passa de sonho romântico. Pois, na realidade, o círculo institucional do capital é feito de *totalizações recíprocas* de sociedade civil/Estado político que se interpenetram profundamente e se apoiam fortemente um no outro (2010, p. 33 – 34).

Considerações finais

Neste sentido, a perspectiva de classe que, em alguma medida, caracterizou o sindicalismo brasileiro nos anos oitenta, uma das expressões mais latentes das lutas de classe no Brasil a despeito do contexto em que se deu, tornou-se uma peleja inócua, um tipo novo de corporativismo de categoria (ALVES, 2000), deixando de ser de combate e ser tornado um sindicalismo de resultados. E, se, num primeiro momento, é nítida a diferença entre os trabalhadores produtivos e improdutivos nos movimentos aqui analisados, por outro, tanto no tratamento dado às greves quanto na capacidade de resistência dos movimentos grevistas, essa diferenciação só aparece no tempo de duração destas, pois as conquistas, ou melhor, a falta delas, é o que se repete. Assim, algumas particularidades saltam aos olhos de qualquer observador atento aos processos das últimas greves em Vitória da Conquista. Vejamos:

⁸ Referimo-nos aqui às lutas fragmentadas que emergiram, sobretudo, nos anos de 1960 com estratégia para quebrar as lutas de classes como o movimento negro, das mulheres, dos gays e tantos outros.

- a) Sinais da crise perpassam e comprometem completamente a luta sindical, principalmente pós-emergência do neoliberalismo, evidenciada numa significativa descridibilidade no sindicato e nas instituições representativas de forma geral, por parte das categorias de trabalhadores. Isso se mostrou expressivamente no caso do SINSERV. Apesar do número de trabalhadores da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, o *quantum* de filiados ao sindicato não chega a 20% do total da categoria. Tal dado sugere, à primeira vista, o reconhecimento do papel histórico dos sindicatos enquanto entidade política típica do processo de acumulação capitalista como não representante dos reais interesses da classe trabalhadora;
- b) Apesar da insatisfação generalizada, evidenciada no *pool* de greves emergidas no período, em nenhum momento se buscou a união das categorias na luta contra a superexploração do capital sobre o trabalho, não se falando em mobilização unificada das categorias. A solidariedade de classe ficou somente – e quando ficou – nas notas públicas. Ao que parece, o corporativismo tornou a greve num fim em si mesma. Em Vitória da Conquista, a perspectiva luxemburguiana que afirmava ser a greve um meio de desenvolvimento da consciência de classe não se confirmou no processo em foco;
- c) O problema central da inconsciência das classes trabalhadoras locais sobre seu papel na sociedade capitalista não é causado somente pela crise e pela reestruturação da luta sindical com seu consequente descrédito. Este quadro é fruto de todo um processo histórico. O caso do SIMMP, por exemplo, em que aproximadamente 50% da categoria é composta de professores contratados, submetidos a relações de emprego e trabalho precarizado, muitos deles apadrinhados sob um processo clientelista cuja permanência enquanto trabalhador está condicionada à aceitação tácita das condições impostas pelos mandatários do poder político, mostra que o aprofundamento da crise estrutural do capital, da reestruturação produtiva, acompanhada da precarização das relações de trabalho nas suas mais diversas formas, também tem contribuído para a fragmentação da classe trabalhadora, bem como para a perda da consciência histórica, tão importante para o auto reconhecimento enquanto agente social.

Deste modo, em plena crise capitalista “marcada *porum continuum depressivo* [...] [que] se mostra longa e duradoura, sistêmica e estrutural” (ANTUNES, 2011b, p. 10), onde formas precarizadas de trabalho assumem configurações extremas e a contradição capital/trabalho se intensifica para manter o padrão de acumulação do capital, por todo o mundo explodem reivindicações, questionando a viabilidade histórica desse modo de sociabilidade. Novamente é colocado na ordem do dia a necessidade das classes trabalhadoras

assumirem as rédeas do processo histórico de forma autônoma e livremente associada, tomando o controle do metabolismo social e fundando um novo padrão de vida que vise o desenvolvimento integral do homem, a igualdade substantiva, a subjetivação e a individuação como elementos norteadores de uma nova sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jose Rubens Mascarenhas de. **América Latina: transnacionalização e lutas sociais no alvorecer do século XXI – da luta armada como política (o caso EZLN)**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

ALVES, Giovanni. Do “Novo Sindicalismo” à “Concentração Social” – Ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Sociologia Política**, Curitiba, n. 15, p. 111-124, nov. 2000.

ANTUNES, Ricardo. A Substância da Crise. In: MESZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. 2 Ed. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. **Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. **O Caracol e sua concha: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2º ed. 10º reimpr. Ver. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

BLOG Connect Brasil. **Transporte coletivo de Vitória da Conquista pode parar**. 2010. Disponível em < <http://connectbrazil.blogspot.com.br/2010/05/transporte-coletivo-de-vitoria-da.html>>. Acesso em 08 de Agosto de 2014.

BLOG da Resenha Geral. **Greve dos servidores públicos municipais de Vitória da Conquista**. 2010. Disponível em: < <http://www.blogdaresenhageral.com.br/2010/05/page/5/>>. Acesso em 08 de Março de 2015.

DIEESE. **Balanço das greves em 2010 e 2011**. 2012. Disponível em <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2011/estPesq63balGreves2010_2011.pdf>. Acesso em 08 de Agosto de 2013.

IBGE – **Contagem Populacional de Vitória da Conquista 2013**. 2013. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=293330&search=bahia|vitoria-da-conquista|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em 08 de Agosto de 2014.

LESSA, Sergio e TONET, Ivo. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** Tradução de Livio Xavier. 2º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

_____. Greves de massas, partidos e sindicatos. In: BOGO, Ademar (ORG). **Teoria da organização política**; escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa, Mao. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A Atualidade História da Ofensiva Socialista**: uma alternativa radical ao sistema parlamentar. Tradução Paulo César Castanheiras. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheiras, Sergio Lessa. 1º ed. revisada. São Paulo: Boitempo 2011.

NETTO, José Paulo. **Uma face contemporânea da barbárie**. 2010. Disponível em <<http://pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>>. Acesso em 08 de Agosto de 2014.

PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. **Economia**. 2014. Disponível em: <<http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/economia/>>. Acesso em 06 de Fevereiro de 2014.

SANTOS, Alexandre de Jesus e ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. **O Estado democrático de direito**: a institucionalização das lutas sociais e a ideologização da memória coletiva. In: Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois. Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013 (Anais). Disponível em: <www.uff.br/niepmarxmarxismo/MManteriores/MM2013/.../Amc611.PDF>. Acesso em 08 de Março de 2015.

SIMMP. **Carta Aberta de Maio de 2010**. 2010. Arquivo Pessoal do SIMMP.

SIMMP. **Carta Aberta de Junho de 2010**. 2010. Arquivo Pessoal do SIMMP.

SINSERV. **Carta Aberta à População Conquistense de 27 de maio de 2010**. 2010. Disponível em <http://www.tribunadaconquista.com.br/v1/wp-content/uploads/2010/05/carta_aberta_sinserv_27.05.2010.pdf>. Acesso em 08 de Agosto de 2014.

TONET, Ivo e NASCIMENTO, Adriano. **Descaminhos da esquerda**: da centralidade do trabalho a centralidade da política. São Paulo: Alfa e Ômega, 2009. Disponível em: <ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/Descaminhos_da_esquerda.pdf>. Acesso em 08 de Março de 2015.

VIAÇÕES Serrana e Vitória. **Comunicado das empresas Serrana e Vitória, sobre a greve dos motoristas**. 2010. Disponível em <<http://www.blogdopaulonunes.com/v3/2010/05/25/comunicado-das-empresas-serrana-e-vitoria-sobre-a-greve-dos-motoristas/>>. Acesso em 08 de Agosto de 2008.